

O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe

Guerby Sainté
UNICAMP

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar primeiramente o papel do Estado na estruturação do espaço urbano e posteriormente promover um debate sobre a estrutura urbana da área metropolitana de Porto Príncipe no Haiti. O propósito foi estabelecer novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, após os desastres naturais ocorridos a partir do terremoto de 2010, e da mudança na direção dos fluxos migratórios do território haitiano, em virtude da descentralização dos serviços públicos e privados, da ampliação de redes urbanas no território haitiano, e das dificuldades na supressão das necessidades básicas nas mais importantes regiões do país, ocasionados pelo processo de urbanização exacerbado durante as décadas finais do século XX e no começo do século XXI.

Palavras-chave: Espaço urbano; Rede urbana; política urbana; Descentralização.

L'ETAT ET LA POLITIQUE DE L'URBANISATION: UNE NOUVELLE PERSPECTIVE POUR LE DÉVELOPPEMENT SOCIOÉCONOMIQUE DE LA VILLE DE PORT-AU- PRINCE

Résumé

L'objectif principal de ce travail est d'analyser le rôle de l'État dans la structuration de l'espace urbain et de promouvoir un débat sur la structure urbaine de l'aire métropolitaine de Port-au-Prince en Haïti. Le but était d'établir de nouvelles perspectives de développement socio-économique, suite aux catastrophes naturelles survenues après le séisme de 2010 et l'évolution des flux migratoires du territoire haïtien due à la décentralisation des services publics et privés, l'expansion des réseaux urbains dans le territoire haïtien et les difficultés à supprimer les besoins essentiels dans les régions les plus importantes du pays, causées par le processus d'urbanisation exacerbé au cours de ces dernières décennies du XXe siècle et au début du XXIe siècle.

Mots-clés: Espace urbain; Réseau urbain; politique urbaine; Décentralisation.

Introdução e objetivos

O objetivo da pesquisa é analisar o papel do estado dentro da política de urbanização tendo a cidade de Porto Príncipe capital do Haiti como estudo de caso, e posteriormente propor um debate a respeito de uma nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico e socioespacial nessa cidade.

Segundo o relatório da ONU (2016) o processo da urbanização das cidades é essencial para o crescimento e desenvolvimento social e de suma importância para a transformação socioeconômica, e na geração de riqueza das cidades e dos países emergentes. Cabendo como tarefa de cada cidade um planejamento adequado nesse sentido. Mas, a própria ONU se esquece que, embora a urbanização tenha o potencial de

tornar as cidades mais prósperas, é mais provável que ela aumente o tamanho da paisagem urbana e crie dificuldades de administração dos bens e serviços públicos.

O processo da urbanização das cidades ao redor do planeta foi acelerado durante a globalização mundial. Porém, este fato causou mundialmente impactos de ordem socioespacial, políticos e econômicos. Desta maneira, a cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, não ficou imune a esse processo e causas. Tal como Benko (1994), “a globalização da economia metropolitana na economia regional caminha de par com o estabelecimento de uma nova organização territorial que aparece, o mesmo tempo, como o efeito e como uma causa do desenvolvimento geral”. Para análise de Singer (1985), o crescimento da população urbana agrava a problemática da urbanização acarretando escassez de habitações levando ao aparecimento de cortiços e favelas, saturações de via do serviço de transportes, insuficientes dos serviços urbanos como abastecimento de água e esgotos, que atende cada vez menos a população total, falta de leitos hospitalares. Facilita-se um crescimento contínuo de desemprego, delinquência e da poluição socioambiental.

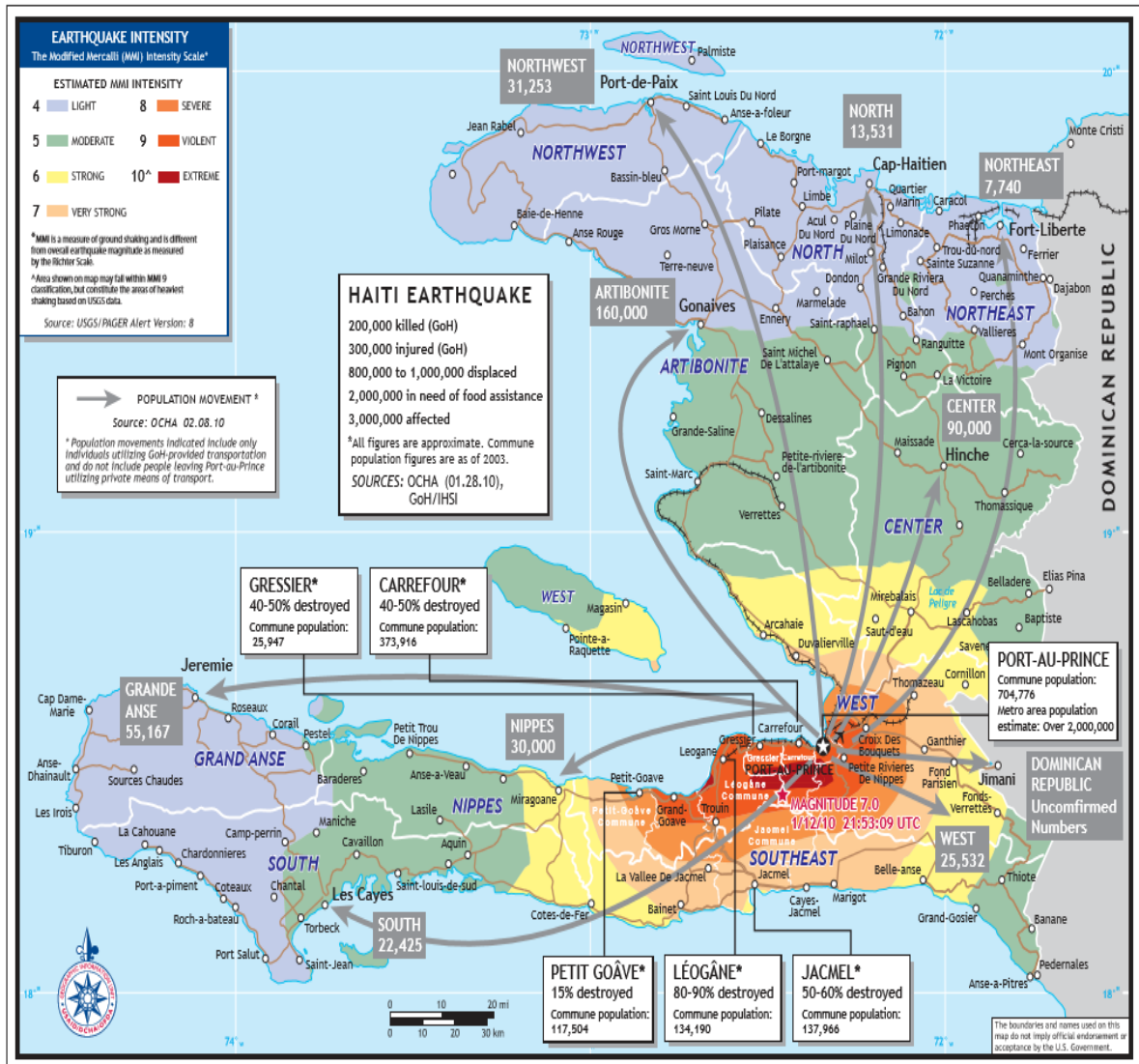
Métodos

Este trabalho tem como metodologia o levantamento bibliográfico de trabalhos científicos, como dissertações e teses, livros, artigos científicos sobre a temática em questão. Para esta tarefa utilizamos o apoio das bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, no campus da cidade de Campinas-SP, dos sites de acervos de obras públicas na internet, de materiais de órgãos internacionais como o da ONU (Nações Unidas), assim como de órgãos oficiais do governo haitiano e dos dados estatísticos produzidos por este país.

Resultados e discussão

Logo depois o terremoto de 2010, o Estado deve tomar uma nova medida para reestruturação de um sistema de planejamento para que o Haiti tenha uma nova possibilidade para uma mudança socioeconômica, e também elaborar novo plano de reconstrução da cidade. Sendo assim, depois desse período, o Estado precisa colocar em prática as normas e métodos que permitam as pessoas moradoras das margens dos rios e com casas danificadas a aplicar aquilo que foi estabelecido, minimizando os riscos de desastres para esta parcela da população. Como consequência dessa tragédia grande parte das pessoas deixaram a área metropolitana de Porto Príncipe em direção das suas cidades de origem (Figura 1), o Estado deve aproveitar essa possibilidade para criar mecanismo de investimento referindo aos problemas caóticos tais como habitação, educação, saúde e transporte coletivo e à desorganização social que são sempre um dos pontos culminantes na criação de transtornos diários no meio da sociedade haitiana, por falta de um novo projeto ou planejamento urbano, que é indispensável para o crescimento da economia, com a participação e integração da sociedade no processo da reconstrução deste país.

Figura 1. Terremoto de 12 de janeiro de 2010 – deslocamento da população haitiana para sua cidade.



Fonte: USAID, 2010.

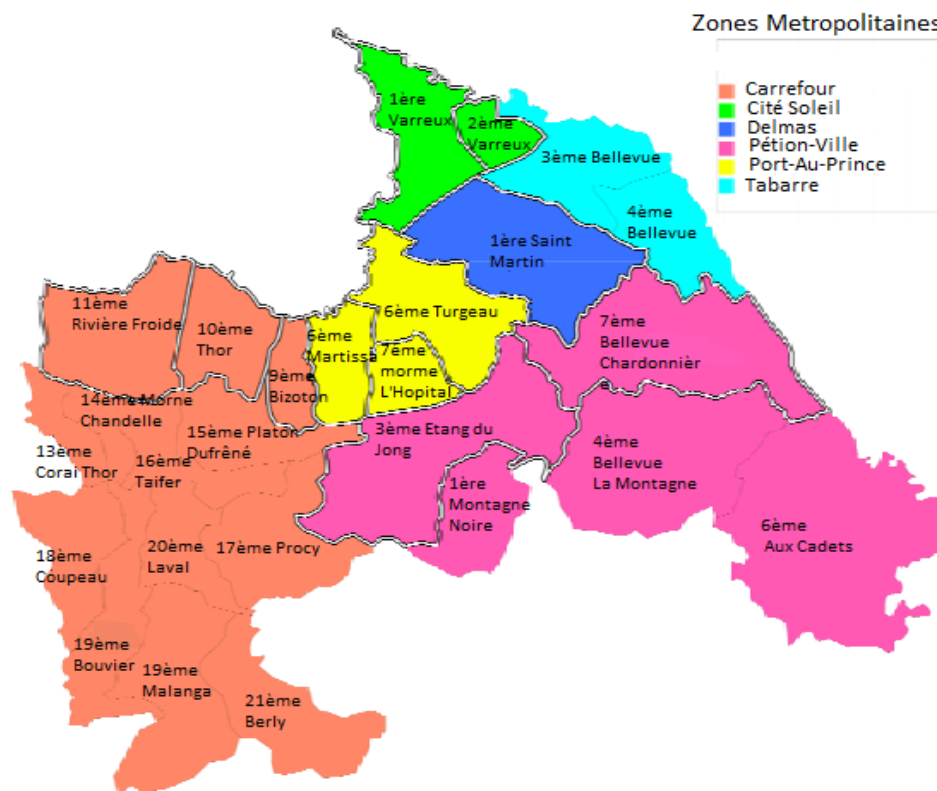
Cano (2011), defende que o Estado deve pensar num plano de descentralização e de desconcentração de empresas, de serviços, de produção, ou de recursos públicos, como um procedimento através do qual uma quantidade de bens, ou seja, materiais ou imateriais passariam a transitar fisicamente de uma localidade para outra por meio da rede estabelecida para facilitar a circulação do mercado local, regional e nacional. O Estado pode desenvolver uma política urbana para fazer crescer a produção nacional na medida de responder as necessidades básicas da população nacional, e essa política aplicada permite que a economia nacional volte-se para dentro, por meio de circulação interna da mercadoria. Por isso, o Estado deve pensar num plano global e nacional para dinamizar a economia urbana de maneira específica com o intuito de transcender os limites urbanos através de uma dinâmica social, política e econômica.

O sistema urbano nacional é fortemente desequilibrado e dominado pela área metropolitana de Porto Príncipe, onde habitam em torno de 65 % da população urbana do Haiti, com mais de 2.5 milhão de habitantes (CIAT, 2014). A região metropolitana de Porto Príncipe é formada por cinco municípios como Porto Príncipe, Delmas, Pétiion-Ville, Carrefour, e Kenscoff, como mostra na figura 2.

O espaço urbano da capital do Porto Príncipe se transformou devido a reestruturação da infraestrutura do país. No entanto, o centro desta cidade permanece como sede das funções administrativas e políticas, também continua como o principal centro das atividades comerciais do Haiti. Porém, esta cidade enfrenta vários problemas que as vezes prejudica as atividades de circulação do município. Devido a estas dificuldades, houve transferências de vários serviços públicos e isto permitiu um crescimento da construção das sedes de empresas privadas e de construção de fábricas ao longo das rodovias da Região metropolitana de Porto Príncipe (GODARD, 1988).

No cenário atual, uma das principais particularidades dos países do Terceiro Mundo é o cunho corporativo de suas metrópoles e de sua urbanização. Sendo que a ação na modernidade recente obriga dos países periféricos um impulso de equipamentos mais intenso e extenso do que as modernizações precedentes. Daí, Esses conjuntos de esforços exigem portanto, uma quantidade de recursos empregados na construção das infraestruturas econômicas, na medida que o processo de integração do país à acumulação atribuí-se em detrimento dos investimentos sociais demandados por uma demografia e uma urbanização alucinante. De fato, como uma quantidade insuficiente de firmas são exclusivamente funcionadas, em escala nacional, as infraestruturas assim instaladas, a modernização resultante é seletiva, deixando fora dos privilégios uma parte relevante da atividade urbana e da população (SANTOS, 2009).

Figura 2. Mapa da região metropolitana do Porto Príncipe.



Fonte: USAID (2009).

Na compreensão de Schmidt (1983) pode ser afirmado que na política urbana à nível de circulação, o Estado deve impulsionar condições que exigem a construção de redes de comunicação mais rápidas, redes que proporcionam a ampliação de unidades produtivas cujas vantagens sejam monopolísticas. Com isso devemos compreender a política para incentivar à instalação de projetos de conglomerados, reduzindo os custos de transportes e de meio de comunicação, posteriormente mencionados pelo Estado como meio para colocar em evidência o processo de desenvolvimento através da criação de empregos suplementares. Porém, a política da urbanização da cidade passa a ser alvos políticos, com objetos políticos tendo como principal foco a organização e a satisfação das demandas públicos além de responder às demandas sociais da natureza urbana. Baseando-se nesta análise, Santos (2002) argumenta que o processo de globalização da produção, a articulação predomina sobre a produção, assim, os fluxos possuem uma grande relevância para a explicação de uma determinada situação. Entretanto, o próprio modelo geográfico determinado pela circulação, mais extensa, densa, e mais numerosa, mantém o comando da transformação de valor do espaço.

Neste contexto, a função do comando devida a essas configurações superiores de produção não material, acaba sendo provocando uma consequência na integração gradativa do país às novas exigências da vida internacional. Todavia, o dado organizacional que representa o espaço como fluxos estruturadores do território, isto seria um espaço pode

ser usados como os fluxos de matéria que desenham o esqueleto do sistema urbano (SANTOS, 2009).

Nesta perspectiva, é necessário ter planos estratégicos para o desenvolvimento urbano poder usar como uma base para consulta dos atores locais, regionais e nacionais fundados nos acordos necessários para uma ocupação local e nacional, e com a preocupação de dar uma resposta mais rápida às necessidades e na mobilização dos conhecimentos nacionais e internacionais concedidos. De fato, a execução e a formulação dos planos de gestão estratégica e do crescimento urbano pode cooperar para o fortalecimento das políticas de descentralização dos órgãos centralizados. Ao ressaltar que os modelos de planos estratégicos de desenvolvimento urbano são necessários para promover as cidades e favorecem o desenvolvimento econômico local, regional e nacional sustentáveis e socialmente inclusivos na cidade (MPCE,2010).

Visto que ainda as necessidades de espaço se modificam em função dos requisitos da produção quanto na circulação mais exigente da rapidez. Cotidianamente, o espaço tem que estar mais preparado para cada tipo de produção. Assim, a cidade, de tal forma que ela era, deixa de ser lugar apropriada para a produção contemporânea, vindo aumentar as diferentes áreas como técnica e cientificamente construídas para responder a esses clamores que a sociedade necessitada. Isso se atribui simultaneamente através da criação de novas vias de circulação para que a produção possa passar com velocidade, numa situação em que a economia do mundo se torna cada vez mais uma economia de fluxos (SANTOS, 2009)

Contudo não poderia ficar de fora uma participação da sociedade nesses planos estratégicos, para que os anseios da população sejam considerados e debatidos na concepção das possíveis medidas de atuação do Estado, de uma maneira que as vozes do povo sejam ouvidas. Portanto, propor medidas sem a participação popular implicaria numa imposição dos interesses dos governantes e das classes dominantes do país.

Desse modo, Schmidt (1983) enfatiza que a política urbana deve ser relacionada a evolução determinada pela necessidade de uma totalidade social. Neste contexto, a intervenção do Estado no meio urbano que é um dos instrumentos complexos destinados a remover os obstáculos, reais ou possíveis, completa a socialização do espaço urbano, bem como um instrumento de controle político que seja capaz de gerar aumentos de poder para as classes dominantes. A política urbana, como uma política específica, é assim, um meio de integrar ambas dimensões, a economia e a política, de uma forma social histórica.

Segundo Cano (2011), o Estado pode adotar uma fórmula simplista de descentralização nos municípios para atrair as indústrias nos diferentes setores do país, ao repensar as adequações das regiões metropolitanas, e também preparando uma nova perspectiva de adequação das áreas de menores dimensões em outras cidades, a fim de antecipar o agravamento dos problemas que persistiram nas grandes áreas metropolitanas e que vem gerando a degradação de cidades de porte médio.

Além disso, a região metropolitana pode estar inserida em uma nova postura política e poderia passar por um processo de revitalização das questões de finanças públicas e

favorecendo a reconstrução das linhas mais gerais de uma efetiva e dinâmica política de localização das atividades econômicas do país. Neste contexto, o processo de adequações das regiões metropolitanas, deve ser visto com outro olhar na gestão das finanças e dos gastos públicos e também montar um plano urbano que dê conta dos reais interesses da coletividade e não daqueles decorrentes dos determinantes dos lucros imobiliários, que também podem participar no processo de viabilização para resolução dos problemas urbanos.

Na análise de Rochefort (1998), a estrutura apresentada nas atividades coletivas poderiam ser estabelecidas para cada acumulação de pessoas que consigam responder as necessidades básicas da sociedade situada na área urbana e também nas periferias. Sendo que essas atividades apresentam uma estrutura que pertence exclusivamente em cada categoria funcional nas cidades metropolitanas. Embora a única precaução tomada como medida, é assegurar que as pessoas ou populações residentes trabalhem realmente na cidade, e não se desloquem cotidianamente para garantir as atividades de outra aglomeração. Com isso, a noção de rede urbana regional acarreta uma ferramenta relevante na constituição de base tanto na geografia das cidades quanto na geografia regional para a demarcação da área metropolitana devido a concentração das atividades econômicas. Ao possuir unidade na dinâmica econômica da estrutura da geografia urbana torna-se a rede regional da qual era essencial relocalizar cada cidade para interpretá-la de maneira concreta. Em razão a isso, esta rede deve estabelecer a estrutura para um novo recorte regional para a área metropolitana.

Na proposta de Santos (2002) a realidade das redes estabelecidas nas grandes cidades têm de ser vista como o produto da condição contemporânea das técnicas, assim, para fazer funcionar as redes da cidade que é formada através da verticalização dos fluxos de pontos acarretando elemento regulador nas diferentes escalas geográficas, em virtude deste aspecto cabendo renovar e recria as horizontalidades do espaço da contiguidade. A partir dessa série de relação, deve-se perceber que a racionalidade emerge das condições do mundo contemporâneo, além de ansiar a difusão da racionalização de hegemonia nos diversos aspectos da vida econômica, política, cultural, social, que conduz a instalação da racionalidade da própria construção do território.

Assim, uma nova perspectiva de mudança socioeconômica na área metropolitana de Porto Príncipe tem como desafio atender a tudo que foi mencionado acima. Portanto, como percebido, tal tarefa não é das mais fáceis, como ocorre em qualquer grande área metropolitana mundial, o desafio haitiano ainda torna-se mais complexo, ao observamos o cenário atual do país cuja a sua própria soberania é limitada constantemente pelas grandes potências mundiais que direciona para onde cada financiamento tem que ser destinado, impedindo o Haiti de governar a si próprio.

Considerações finais

A região metropolitana de Porto Príncipe enfrentou recentemente um período conturbado em sua história, tal como o resto do país, ela foi abalada por sucessivos desastres naturais e sociopolíticos, desde o terremoto de 2010, passando por tempestades até uma ocupação militar de seu território que ainda está em vigor. Dado a essa questão, é possível que o Estado reveja o seu projeto de planejamento urbano sob uma nova perspectiva de futuro como uma oportunidade de uma maior inclusão e integração da sociedade haitiana na participação de tais projetos como um dos atores regionais e nacionais na criação deles.

Para a realização dessa tarefa o Estado deveria investir na criação de redes que permitam a circulação mais eficiente de mercadorias e fluxos, de modo que essa circulação de bens materiais e imateriais possam ser alcançados por todos os indivíduos do país, não ficando concentrados em um único ponto central. Nesse sentido, é de suma importância que aja uma descentralização dos serviços oferecidos, mas também, o descongestionamento das grandes empresas e indústrias e dos serviços públicos sensíveis para que o povo das áreas mais afastadas ou das periferias consigam acessar não somente as necessidades básicas e de serviços.

De tal maneira, com essa nova política de desconcentração urbana, a sociedade de tais áreas mais distantes do centro urbano principal do país teria a possibilidade de não deixar a sua cidade em busca de serviços na área metropolitana. Com essa descentralização, a sociedade de tais áreas, conseguiriam ter acesso também a uma maior oferta de emprego e de desenvolvimento local. Sem dúvida, é necessário que toda uma série de infraestrutura seja desenvolvida para que dê suporte logístico nesse processo de revigoração dos locais menos atendidos historicamente pelas administrações anteriores no Haiti, permitindo que cada departamento possa ter uma maior autonomia e poder de decisão sobre o que fazer com o seu próprio capital.

Referências bibliográfica

- BENKO, Georges. Organização econômica do território: Algumas reflexões sobre a evolução do século XX. In. SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. DE, SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.51-71.
- BIDEGAIN, Gabriel. **Distribution spatial de la population haïtienne et pole de croissance**. FNUAP / UNFPA, 2010.
- CANO, Wilson. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Editora: **Unicamp**, Campinas, SP, 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Editora: **Ática**, São Paulo, 1989.
- DUVAL, Carline Joseph. **Coissance des villes en taille e en nombre: Causes et consequences**. XXVIIè congrès internacional de la population organise par l'Union Internationale pour l'étude Scientifique de la population (UIESP). Basan, Coreia do Sul, Port – au-Prince, 2013.

FORUM URBIN NATIONAL: Construire la ville., n.1.,2014, Karibe, Port-au-Prince. **1º fórum urbain national...** Port-au-Prince: CIAT, 2014.

ONU.UN.HABITAT. World Cities Report 2016: **URBANIZATION AND DEVELOPMENT: emerging futures**, Nairobi, Kenya, 2016.

ROCHEFORT, Michel. Redes e sistemas: ensinado sobre o urbano e a região. Editora: **Hucitec**, Paulo, SP, 1998.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. Editora: **Hucitec**, São Paulo,1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Editora: **Edusp**, São Paulo, 2002.

SAINTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: caso de São Paulo. 2º Ed. **Editora da Universidade de São Paulo**, 2009.

SCHMIDT, Benicio Viero. O Estado e a política urbana do Brasil. Editora: **UFRGS**, 1983.

SINGER, Paul. Economia politica da urbanização. Editor: **Contexto**, São Paulo, SP, 1998.

SOJA, Edward. Geografias Pós-Modernas – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Editor: **Zahar**, Rio de Janeiro, 1993.